



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

Ata da 68ª Reunião Ordinária do Plenário do Conselho Estadual do Meio Ambiente – Consema de 20 de março de 1992.

No dia 20 de março de 1.992, às 9 horas, realizou-se nessa Secretaria do Meio Ambiente, à rua Tabapuã, 81, 1º andar, a 68ª Reunião Ordinária do Consema, que contou com a participação dos seguintes conselheiros: Dr. Alaôr Caffé Alves, Secretário do Meio Ambiente e Presidente do Consema; **Pedro Mancuso, representante da Associação Brasileira de Engenharia Sanitária; Mário César Mantovani, ambientalista; Sérgio Henrique Dimitruk, representante da Secretaria de Ciência; Tecnologia e Saneamento Ambiental-Cetesb; Ayrton Sintoni, representante do Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia - CREA/SP; Lúcia O. Nogueira, representante da Secretaria da Saúde; Carlos Alberto Arraes, ambientalista; Tereza Serra da Silva, representante da Secretaria de Governo; Aristides Almeida Rocha, representante da Universidade de São Paulo – USP, Mac William Basílio, representante da Secretaria de Trabalho e Promoção Social; Otaviano Arruda Campos, representante da Secretaria de Planejamento e Gestão; Paulo Schwenck, representante da Secretaria do Meio Ambiente/CPRN; Júlio Petenucci, representante da Secretaria de Energia e Saneamento; Berenice Maria Gomes Gallo, ambientalista; Antonio Affonso C. Siqueira, representante da Associação Paulista dos Municípios - APM; Pedro Bevenuto, representante da Secretaria de Transportes Metropolitanos; Eleonora Portella Arrizabalaga, representante da Secretaria da Justiça e Defesa da Cidadania; Marcos Paulino, representante da Secretaria da Infra-Estrutura Viária; Adalton Paes Manso, representante do Instituto dos Arquitetos do Brasil - IAB/seção São Paulo; Marco Antonio L. dos Santos, representante da Secretaria da Habitação; Minoru Matsunaga, representante da Secretaria da Agricultura e do Abastecimento; Décio Freire, representante da Secretaria do Meio Ambiente/CPLA; Mário Cilento representante da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo - FIESP; Condesmar F. de Oliveira, ambientalista; Carlos Henrique Lino Neves, representante da Secretaria da Cultura; Rolf Petermann, representante da Ordem dos Advogados -OAB/seção São Paulo.** Esta reunião foi secretariada por mim, Ivan Carlos Maglio, Secretário Executivo do Consema. Esta reunião teve como pauta: 1 - deliberar acerca de modificação no sistema operacional das Câmaras Técnicas; 2 – discutir o processo participativo no Conselho Consultivo para o Programa de Recuperação Ambiental da Bacia de Guarapiranga; 3 - deliberar sobre a realização de Audiência Pública para as "Obras de Aproveitamento dos Rios Capivari e Monos para Abastecimento da Região Metropolitana de São Paulo (Processo SMA 7206/90); 4 - deliberar sobre o Parecer Técnico do Departamento de Avaliação de Impacto Ambiental desta Secretaria (Parecer 167/91 - CPLA/DAIA), em anexo. Depois de abertos os trabalhos pelo Sr. Secretário Executivo do Consema, foi solicitado, pelo conselheiro Júlio Petenucci, a inversão dos itens da pauta, com o propósito de se discutir, em primeiro lugar, o segundo ponto da pauta, isto é, o processo participativo no Conselho consultivo para o Programa de Recuperação Ambiental da Bacia de Guarapiranga. Aceito este pedido por todos os conselheiros, fez uso da palavra o representante da Secretaria de Energia e, Saneamento, Sr. Marcos Antonio de Souza de Oliveira, que salientou o ponto de vista governamental sobre a necessidade de este Programa contar, para sua implantação, com o apoio de toda a sociedade civil. Teceu considerações também acerca da criação do Conselho Consultivo que visa, em última análise, à obtenção desse apoio, e sobre o fato de posteriormente ele vir a ser substituído pelo Comitê de Bacias. A seguir, o conselheiro Mario Mantovani apresentou a proposta elaborada por algumas



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

entidades que atuam na região da Bacia, a qual se contrapõe à formação do Conselho Consultivo tal como foi estabelecida através do Decreto 34.691. Igualmente fez uso da palavra a representante da Prefeitura Municipal de São Paulo, discordando também da forma como o Conselho foi constituído, dada a pouca representatividade conferida ao órgão do qual é porta-voz. Depois das intervenções feitas pelos conselheiros ambientalistas Carlos Alberto Arraes, Mario Mantovani e João Paulo Capobianco, apontando para a necessidade de se alterar a composição desse Conselho e de se adotar o princípio de paridade, o Sr. Marco Antonio de Souza Oliveira, coordenador do Programa, apresentou argumentos que se contrapunham aos defendidos pelos ambientalistas, enfatizando, principalmente, o aspecto de esse Conselho constituir um órgão técnico e não político. Após essas considerações, fez uso da palavra o Presidente do Consema, mostrando a singularidade do argumento de paridade, que pressupõe uma confrontação do Estado com as organizações da sociedade civil. Considerou esdrúxula essa divisão, pois, aos seus olhos, é necessário ter presente que o Estado representa a sociedade como um todo e, nessa medida, o princípio de paridade não pode ser concebido como algo inquestionável. E alertou os conselheiros que a proposta a ser encaminhada ao Sr. Governador poderá ou não ser por ele aceita. Depois de terem sido apresentadas várias propostas e contrapropostas reformulando a composição do Conselho, chegou-se a uma solução de consenso, intermediada pela mesa, com a elaboração e aprovação da seguinte moção: "Moção Consema 02/92 - De 20 de março de 1.992 – 68ª. Reunião Ordinária do Consema. O Conselho Estadual do Meio Ambiente - Consema, reunido em sua 68ª Reunião Ordinária, aprovou que seja encaminhada ao Exmo. Sr. Governador do Estado, Dr. Luiz Antonio Fleury Filho, uma moção propondo modificações no Decreto 3.691, de 11 de março de 1.992, o qual constitui o Conselho Consultivo do " Programa de Saneamento Ambiental da Bacia do Guarapiranga" e dá outras providências. A moção proposta é a seguinte: 1. que o Secretário dos Transportes Metropolitanos, um representante do Instituto dos Arquitetos do Brasil, um representante da Organização Santoamarense de Educação e Cultura - OSEC, mais um representante das entidades de moradores sediadas na Bacia.(além dos dois a que se refere o inciso XIV do artigo 2º), mais um representante das entidades ambientalistas, neste caso, da Região Metropolitana (além dos dois a que se refere o inciso XV do artigo 2º), e mais dois representantes da Prefeitura Municipal de São Paulo (além do Prefeito, referido no inciso III do parágrafo 1º do artigo 2º) passem a integrar esse Conselho Consultivo; 2. que as entidades da sociedade civil, referidas pelos incisos XIV,XV,XVI e XVII, juntamente com a Universidade de São Paulo - USP e a Organização Santoamaranse de Educação e Cultura - OSEC, indiquem um representante para acompanhar, como observador, os trabalhos do Grupo Técnico ao qual se refere o artigo 4º desse Decreto". A seguir foi apresentada, pela Secretaria Executiva do Consema, a proposta elaborada pela Comissão Especial criada para discutir e repensar a composição e o funcionamento das Câmaras Técnicas: "1) O Artigo 3º da Deliberação Consema 040/91 de 16 de outubro de 1.991 passa a vigorar com a seguinte redação: 'Artigo 3º - As Câmaras Técnicas têm a seguinte composição: I - Câmara Técnica de Energia e Saneamento: a. um representante da Coordenadoria de Planejamento Ambiental da Secretaria do Meio Ambiente; b. um representante da Secretaria de Energia e Saneamento; c. um representante da Cia. de Tecnologia de Saneamento Ambiental - Cetesb; d. um representante da Secretaria de Saúde; e. um representante da Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental (ABES); f. um representante da Universidade; g. um representante ambientalista; h. um representante do Conselho de Engenharia, Arquitetura e Agronomia do Estado de São Paulo (-CREA-SP); i. um representante do Ministério Público; II - Câmara Técnica de Sistemas de Transportes: a. um representante da Coordenadoria de Planejamento Ambiental da



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

Secretaria do Meio Ambiente; b. um representante da Secretaria de Infra-Estrutura de Transportes Metropolitanos; d. um representante da Secretaria de Planejamento e Gestão; e. um representante ambientalista; f. um representante da Universidade; g. um representante da Associação Paulista dos Municípios - APM; h. um representante do Instituto dos Arquitetos do Brasil (IAB-SP); i. um representante do Ministério Público; III - Câmara Técnica de Atividades Industriais: a. um representante da Coordenadoria de Planejamento Ambiental da Secretaria do Meio Ambiente; b. um representante da Secretaria de Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico; c. um representante da Secretaria de Trabalho e Promoção Social; d. um representante da Cia. de Tecnologia de Saneamento Ambiental - Cetesb; e. um representante ambientalista; f. um representante da Federação das Indústrias de São Paulo - FIESP; g. um representante do Sindicato dos Trabalhadores Urbanos de São Paulo; h. um representante do Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia do Estado de São Paulo (CREA-SP); i. um representante do Ministério Público. 2) O Artigo 5º fica suprimido, renumerando-se os seguintes. 3) O Artigo 9º (antigo 10) passa a vigorar com a seguinte redação: Artigo 9º As Câmaras Técnicas somente se reunirão com a maioria de seus membros e suas deliberações serão tomadas por 2/3 (dois terços) dos membros presentes à reunião, não se computando os votos em branco. Parágrafo único - As deliberações que não alcançarem 2/3 (dois terços) dos votos dos presentes à reunião serão submetidos - ao plenário ". Feita a apresentação da proposta, pronunciarem-se acerca dela diversos conselheiros, entre eles Décio Freire, Antonio Affonso C. Siqueira, Condesmar F. de Oliveira, João Paulo Capobianco, Adalton Paes Manso, Ayrton Sintoni, que propuseram algumas alterações quanto à composição das três Câmaras. As proposições de consenso referentes a cada uma delas foram submetidas à votação, aprovando-se no final a seguinte deliberação: "Deliberação Consema 09/92 – De 20 de março de 1.992 - 68ª Reunião Ordinária do Consema - o Conselho Estadual do Meio Ambiente - Consema, reunido em sua 68ª Reunião Ordinária, deliberou favoravelmente acerca de modificações nos artigos 5º e 10º do Regimento Interno das Câmaras Técnicas aprovada pela Deliberação 40/91, de 16 de outubro de 1.991, o qual é a seguir inteiramente transcrito com a sua nova redação. Artigo 1º - As Câmaras Técnicas, criadas pela Deliberação 032/91, de 24 de julho de 1.991, para apreciar Estudos de Impacto Ambiental e respectivos Relatórios de Impacto Ambiental - EIAs/RIMAs que forem submetidos ao Consema, são regidas por este Regimento Interno. Artigo 2º - as Câmaras Técnicas do Consema têm as seguintes atribuições; I – Câmara Técnica de Energia e Saneamento para apreciar EIAs/RIMAs relativos as seguintes atividades: a emissários subaquáticos de lançamento de efluentes; b. linhas de transmissão de energia elétrica acima de 230 KW. c. obras hidráulicas para exploração de recursos hídricos tais como: barragens para fins hidrelétricos, acima de 10 MW, de saneamento ou irrigação, retificação de cursos d'água, abertura de barras e embocaduras, transposição de bacias, diques; d. usinas de geração de eletricidade qualquer que seja a fonte de energia minerária acima de 10 MW; II- Câmara Técnica de Sistemas de Transportes para apreciar EIA/RIMAs relativos às seguintes atividades: a. estradas de rodagem, com duas ou mais faixas de rolamento; b. portos e terminais de minérios, petróleo e produtos químicos; c. ferrovias; d. aeroportos, conforme definidos pelos incisos I do artigo 48, do Decreto - Lei nº 32, de 18.11.1966; e, oleodutos, gasodutos, minerodutos; III- Câmara Técnica de Atividades Industriais para apreciar EIA/RIMAs relativos às seguintes atividades: a. extração de combustível fóssil (petróleo, xisto, carvão); b. complexos industriais (petroquímicos, siderúrgicos, cloroquímicos); c. zonas estritamente industriais (ZEI), conforme definido pela Lei nº 5597, de 06.02.87, Parágrafo único - compete, ainda, às Câmaras Técnicas propor e submeter ao Consema alterações no Regimento Interno. Artigo 3º - As Câmaras



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

Técnicas tem a seguinte composição: I - Câmara Técnica de Energia e Saneamento: a. um representante da Coordenadoria de Planejamento Ambiental da Secretaria do Meio Ambiente; b. um representante da Secretaria de Energia e Saneamento. c. um representante da Cia. de Tecnologia de Saneamento Ambiental - Cetesb; d. um representante da Secretaria da Saúde; e. um representante da Associação - Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental (ABES); f. um representante ambientalista; g. um representante da universidade; h. um representante do Conselho de Engenharia, Arquitetura e Agronomia do Estado de São Paulo (CREA); i. um representante do Ministério Público. II - Câmara Técnica de Sistemas de Transportes: a. um representante da Coordenadoria de Planejamento Ambiental da Secretaria do Meio Ambiente; um representante da Secretaria da Infra - Estrutura Viária; c. um representante da Secretaria de Transportes Metropolitanos; d. um representante da Secretaria de Planejamento e Gestão; e. um representante ambientalista; f. um representante da Universidade; g. um representante da Associação Paulista dos Municípios - APM; h. um representante do Instituto dos Arquitetos do Brasil (IAB-SP); i. um representante do Ministério Público. III - Câmara Técnica de Atividades Industriais: a. um representante da Coordenadoria de Planejamento Ambiental da Secretaria do Meio Ambiente; b. um representante da Secretaria de Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico; c. um representante da Cia. de Tecnologia de Saneamento Ambiental - Cetesb; d. um representante ambientalista; e. um representante da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo - FIESP; f. um representante do Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia do Estado de São Paulo (CREA-SP); g. um representante do Ministério Público. Parágrafo Único: o representante do Ministério Público não terá direito a voto. Artigo 4º - As Câmaras Técnicas serão presididas pelo representante da Coordenadoria de Planejamento Ambiental da Secretaria do Meio Ambiente e secretariadas pelo Secretário Executivo do Consema. Artigo 5º - Os integrantes das Câmaras Técnicas poderão fazer-se acompanhar de assessores técnicos. Artigo 6º - O Secretário Executivo do Consema convocará para prestar esclarecimentos nas reuniões das Câmaras Técnicas: I - o interessado; II - a equipe técnica responsável pela elaboração do EIA/RIMA; III - Técnicos da SMA. Artigo 7º Sempre que se fizer necessário, o Secretário Executivo ou qualquer membro da Câmara Técnica, por intermédio daquele, poderá convidar outros conselheiros do Consema, que terão direito a voz, porém, sem direito a voto. Artigo 8º - Qualquer conselheiro que manifestar interesse na discussão de EIA/RIMA em apreciação pela Câmara Técnica poderá participar da reunião, sem direito a voto. Artigo 9º - As Câmaras Técnicas somente se reunirão com a maioria de seus membros e suas deliberações serão tomadas por 2/3 (dois terços) dos membros presentes à reunião, não se computando os votos em branco Parágrafo único - Às deliberações que não alcançarem 2/3 (dois terços) dos votos dos presentes à reunião serão submetidos ao Plenário. Artigo 10º - A Secretaria Executiva do Consema fornecerá mensalmente relação dos EIA/RIMAs que estão em fase de análise. Só entrarão em pauta os EIA/RIMAs que já tiverem sido apresentados na referida relação. Artigo 11º - Os Pareceres Técnicos e a documentação pertinente à reunião convocada deverão ser remetidos aos conselheiros com antecedência de, no mínimo, oito dias. Artigo 12º - De cada reunião da Câmara Técnica será lavrada ata sucinta, sob a responsabilidade do Secretário. Executivo do Consema, que será lida, aprovada e assinada por todos os membros a ela presentes, na reunião subsequente. Artigo 13º - Este Regimento entra em vigor a partir de sua aprovação pelo Consema". Passou-se então, a discussão do 3º item: deliberar sobre a realização ou não de audiência Pública para as "Obras de Aproveitamento dos Rios Capivari e Monos para Abastecimento da Região Metropolitana de São Paulo" (Processo SMA 7206/90). Depois de o representante da Cia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - Sabesp fazer uma



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

sucinta apresentação do projeto dessas obras, pronunciaram-se o conselheiro Condesmar, que defendia a realização da Audiência, e os conselheiros Paulo Schwenck e Júlio Petenucci, que se posicionaram pela não ocorrência desse procedimento. Colocadas em votação as duas propostas, decidiu-se pela realização, cuja data foi marcada para dia 22 de abril, às 19 horas. A seguir o conselheiro Condesmar F. de Oliveira propôs que, para se ter uma visão global do Programa do Uso dos Recursos Hídricos da Região Metropolitana de São Paulo e da Baixada Santista, sua apresentação deveria constar da pauta da reunião ordinária imediatamente subsequente a esta. Colocada em votação esta proposta, por unanimidade deliberou-se o seguinte: "Deliberação Consema 10/92 - de 20 de março de 1.992 – 68ª Reunião Ordinária do Consema. O Conselho Estadual do Meio Ambiente - Consema, reunido em sua 68ª Reunião Ordinária, aprovou a seguinte recomendação: deverá constar da pauta da próxima reunião ordinária desse órgão a apresentação, pelo Departamento de Águas e Energia Elétrica- DAEE, do Programa de Uso Múltiplo dos Recursos Hídricos Metropolitana de São Paulo e da Baixada Santista e, da pauta da reunião ordinária imediatamente subsequente a esta, a apresentação, pela Cia. de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP, do Plano Diretor de Águas para Abastecimento". Imediatamente depois se passou ao último item da pauta: deliberar sobre o Parecer Técnico 167/91 do Departamento de Avaliação de Impacto Ambiental da Coordenadoria de Planejamento Ambiental desta Secretaria, que se refere ao EIA/RIMA do empreendimento Agropecuária e Mineradora Alvorada. Apreciado esse documento, aprovou-se, por unanimidade, o seguinte: "Deliberação Consema: o conselho Estadual do Meio Ambiente - Consema, reunido em sua 68ª Reunião Ordinária, deliberou, baseado em Parecer Técnico 167/91 do Departamento de Avaliação de Impacto Ambiental desta Secretaria do Meio Ambiente, Processo 06-00209-88, que a Deliberação Consema 02/91, de 1º de fevereiro de 1.991, seja complementada no sentido de permitir a concessão de LI E LF para exploração de areia em conjunto com a argila já aprovada pelo EIA/RIMA apresentado, cujo interessado é a Agropecuária e Mineradora Alvorada". Tomada essa decisão, o conselheiro Condesmar F. de Oliveira propôs a avocação, para apreciação em plenário, do EIA/RIMA do empreendimento Yacht Clube de Ilhabela, apresentando uma contra proposta a esse encaminhamento o conselheiro Décio Freire. Colocada em votação as duas propostas, decidiu-se que a apreciação e deliberação desse Estudo e respectivo Relatório fosse feita através da reunião de Câmara Técnica de Energia e Saneamento. Nada mais havendo a tratar, deram-se por encerrados os, trabalhos desta 68ª Reunião Ordinária.

Ivan Carlos Maglio

Secretário Executivo do Consema